

O Museu Mariano Procópio e seu acervo de indumentária - os trajés do imperador*

CLARA ROCHA FREESZ**

Práticas museais e acervos têxteis

Os acervos têxteis nos museus são constituídos por tecidos definidos como “um produto flexível resultante do entrelaçamento de fios” (PAULA, 2006:253). Tudo que é formado por estas ¹tramas, como bandeiras, lenços, bolsas, leques entre outros, especialmente as indumentárias, fazem parte de coleções que se iniciaram em 1851, quando em Londres o South Kensington Museum² foi criado, servindo de inspiração para diversos museus. Atualmente, o Musée des Tissus de Lyon, criado em 1890, possui uma das maiores e mais importantes coleções do mundo. (Ibidem)

No Brasil, junto ao esboço de uma memória nacional, os museus adquiriram peças em sua maioria relacionadas aos símbolos masculinos de poder, como bandeiras e uniformes militares, um exemplo, seria o Museu Histórico Nacional, com expressiva coleção de fardamento militar do período imperial, contando inclusive com peças únicas, como uma casaca de oficial do Paço Imperial (1828/1831) que pertenceu ao Barão de Sorocaba, único exemplar com bordado em padrão português (ramagens de louro e laços), representativa da crise política do período. A qualidade institucional dos museus fora avaliada desde o princípio pela raridade de suas coleções, como encontrado em Costa (2011:53) um trecho de uma carta³ de Pedro Calmon parabenizando Alfredo Lage pela aquisição dos fardões de D. Pedro II para o Museu Mariano Procópio⁴.

As indumentárias, no sistema de classificação dos acervos museológicos, entram na categoria de objetos pessoais, ao lado de objetos de auxílio e conforto pessoal, como no caso da classificação do acervo do Museu Mariano Procópio⁴ que é orientado pelo sistema de

*A participação no *XXVII Simpósio Nacional de História-Conhecimento histórico e diálogo social*, assim como a apresentação deste texto, foram parcialmente financiados pela **Fapemig**.

**A autora é mestranda em História pela UFJF, bacharela em turismo pela mesma instituição e tecnóloga em Design de moda pela Faculdades Estácio de Sá-JF. Este trabalho é resultado de pesquisas para o projeto de dissertação de mestrado, ainda não finalizado.

² Atual Victoria & Albert Museum

³ Carta de Pedro Calmon a Alfredo Ferreira Lage em 16/07/1926. AH/MMP

⁴ Abreviação desta instituição será usada ao longo do texto: **MMP**

Thesaurus⁵. Apesar da importância dada a alguns trajes históricos, geralmente, a trajetória dos têxteis nos museus brasileiros é cercada por pensamentos que subjagam as roupas ao universo dos artesanatos menores. Estando mais próximas ao corpo, as roupas aquecem e protegem, são geralmente relacionadas ao universo feminino, e por vezes, foram desprezadas pelos estudos acadêmicos.

Além disso, os tecidos, certamente por terem sido sempre associados ao corpo e ao gênero femininos, foram muito inferiorizados como objetos de estudo, se comparados a outras tipologias materiais. Herdamos e preservamos por séculos a antiga noção de que um tecido, dada sua proximidade com o corpo e os sentidos, não deveria ser suporte de expressão. (PAULA, 2006:256)

Não raro, os estudos acadêmicos acerca de acervos de museus, não contemplam análises sobre os têxteis, geralmente os trajes são utilizados para ilustrar alguma pesquisa iconográfica, como no caso do livro “As Barbas do Imperador”, de Lilian Schwarcz.

Teresa Cristina Toledo de Paula⁶, em texto para os Anais do Museu Paulista, “Tecidos no museu: argumentos para uma história das práticas curatoriais no Brasil”, destaca as principais características das práticas museais de tratamento aos acervos têxteis exercidas até o século passado. Segundo Paula a “superficialidade” quanto às informações sobre as peças, é uma constante na catalogação destes acervos. A falta de um modelo nacional de ficha técnica padrão para inventariá-los alimenta esta superficialidade. Geralmente, as informações são incompletas, não há domínio técnico para classificação dos tecidos e o próprio objeto sofre da “cegueira” do pesquisador, que por vezes não o utiliza como ponto de partida para a análise, talvez também, pela fragilidade destes trajes, que possuem conservação muito delicada, principalmente estando no clima tropical brasileiro, extremamente prejudicial às fibras. Ao considerar os têxteis indígenas, Paula (2006:258) levanta questões essenciais que um pesquisador deveria abordar antes de qualquer catalogação ou pesquisa. “De que material teria sido feito o fio? Quem os fiou e como? Que tecido seria este? Que matérias e técnicas foram usadas para tingi-los? Quando e onde ocorreu isto?”

⁵ Informação levantada em visita prévia ao museu, realizada pela autora. Ver mais em *Thesaurus para acervos museológicos*. Vols. 1 e 2. 1987. IPHAN

⁶ Conservadora-doutora de têxteis do Museu Paulista

A “indiferença” em relação às práticas curatoriais de peça de indumentária também são observadas pela autora, que levanta a problemática destas exposições, discussão segundo ela, restrita aos meios europeus. As exposições seriam equivocadas, colocando os têxteis emoldurados, em vitrines junto com as outras demais peças, ou expostos em manequins estranhos, “sofrem da falta de gosto” e do desconhecimento, sem critério de preservação e de exposição, fato pelo qual se explica o alto nível de deterioração dos acervos, que sofreram durante décadas o ataque dos insetos e da luz, deixando suas cores esmaecidas.

Tal deterioração pode ser acompanhada em um relato feito por Claudia Regina Nunes, no IX Congresso da ABRACOR, de 1998, intitulado de “A Restauração do Traje da Coroação do Imperador D. Pedro II: Uma Intervenção com Adesivo Beva 371”, que discorre sob um ponto de vista técnico a restauração e o estado avançado de degradação da roupa, que agora se encontra em acondicionamento ideal no Museu Mariano Procópio. Durante décadas o traje foi exposto em vitrine-mesa, com a parte das costas voltadas para o público e com sustentação de jornais, o que criou um ambiente favorável a insetos e um meio ácido que acelerou o processo de degradação da peça. A outra característica para estas coleções seria também o “exagero: ausência de critérios de coleta”, em que muitas das vezes a noção de coleção, fora confundida com quantidade, impossibilitando a conservação dos trajes de forma adequada, tornando-os descartáveis.

Apesar do desinteresse pelo estudo das roupas de alguns anos atrás, a moda vem ganhando espaço nos museus brasileiros, aumentando também, pesquisas sobre o assunto, prova disso é o *Projeto Replicar* do Museu Paulista, no qual foram realizadas réplicas de um vestido da Condessa de Pinhal, finalizado em 2010, foi o primeiro trabalho desse tipo realizado no Brasil, prática já usual em países da Europa e América do norte. O Museu do Traje e do Têxtil em Salvador que teve sua coleção iniciada em 1933, possui trajes de gala do século XIX, vestes eclesiásticas, vestidos de noiva entre outros “novos” acervos. Há ainda, o Museu Carmem Miranda no Rio de Janeiro, com trajes da arista e o Museu Casa da Hera, com uma coleção de roupas assinadas por Charles Worth, um dos grandes mestres da alta-costura do século XIX que pertenceram a Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930).

Os trajes de D. Pedro II e o acervo de indumentária do Museu Mariano Procópio

Diante deste cenário brasileiro, exposto por Paula (2006), das indumentárias nos museus, as coleções de Alfredo Ferreira Lage⁷, imprimem “um esforço para a manutenção da memória de seu pai, Mariano Procópio Ferreira Lage, como um dos homens mais importantes do Império” (PINTO, 2008:23). Mariano foi responsável pela construção da estrada União e Indústria que ligava Juiz de Fora a Petrópolis, para o escoamento rápido da produção cafeeira. A data da inauguração da construção inovadora foi 1861 que em solenidade teve a presença de D. Pedro II. A *Villa*, onde hoje é o MMP, datada do mesmo ano, edificação em estilo palaciano, foi idealizada também para hospedar a família Imperial e era residência de veraneio dos Lage. Em um mundo republicano, no qual esta família estava deslocada, as aquisições de Alfredo tinham a função de amalgamar a memória de seu pai ao desenvolvimento de Juiz de Fora e ao Brasil império. Herdando a lógica dos gabinetes de curiosidades da Europa renascentista, as coleções enciclopédicas dos séculos XIX e XX correspondem à organização de mundo de Alfredo (PINTO, 2008:15). Em 23 de junho de 1921, período muito próximo à inauguração do Museu Histórico Nacional, foi inaugurado, então, o Museu Mariano Procópio.

No período republicano Alfredo freqüentava leilões do Palácio Imperial de São Cristóvão e outros famosos como os de Bastos Tigre (RJ) buscando lotes de peças da família real⁸. Em 1926, fez importantes compras, como os trajes de Pedro II, adquiridos da Companhia G. de Miguel (RJ) que custaram a ele dez contos de réis. Sabe-se que os fardões ficaram em poder da família de Paulo Barbosa da Silva, camarista e mordomo da Casa Real e foram sendo passados por herança a pessoas de confiança do mordomo. Porém, como esta

⁷ Alfredo Ferreira Lage (1865-1944) foi fundador/coleccionador do Museu Mariano Procópio que se situa na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais

⁸ Informações retiradas do catálogo MAPRO, Banco Safra, 2006.

⁹ Pedro Calmon que era jornalista do jornal Gazeta de Notícias RJ, teria produzido uma nota falsa a pedido de Alfredo Lage sobre a suposta autenticidade dos fardões visando uma desvalorização dos mesmos para que Alfredo conseguisse adquiri-los. Disponível no link: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/patrimonio-inegociavel> Acesso em: 14/06/13

¹⁰ Expressão de Pedro Calmon ao falar sobre o MMP, retirada da dissertação de mestrado de Rogério Pinto, p. 176.

companhia adquiriu os fardões não se sabe. As relíquias teriam sido oferecidas a museus estrangeiros, o que gerou grande discussão patrimonial na época, há ainda uma polêmica em relação às manobras que Pedro Calmon e Alfredo Lage teriam realizado para conseguir comprar as peças⁹, o que rendeu ao museu uma imagem de “rica e florescente instituição”¹⁰. (PINTO, 2008:179)

Atualmente, o MMP possui 132 peças de indumentária, dentro deste número também se encontram elmos, sapatos, chapéus e outros acessórios. Não foi possível precisar o número exato de trajes, porém sabe-se que a maioria deles é de fardões da guarda imperial e de uniformes militares, não fugindo aos critérios do colecionismo brasileiro, tendo como preferência os símbolos masculinos de poder. Entre elas estão fardas do Conselheiro Afonso Penna e do Visconde de Lima Duarte. Peças de indumento feminino, em menor número, também constituem este acervo, como o traje de corte da baronesa de Suruhy, irmã do Duque de Caxias. Há também, diversas fardas militares adquiridas em gestões posteriores à de Alfredo, entre elas está o fardamento militar do general Mourão Filho, usado por ele em 31 de março de 1964. O general o doou em vida em 1966 (COSTA, 2011:271). As peças consideradas mais ilustres são o Fardão da Maioridade, a Veste da Coroação e o Fardão do casamento, utilizados por D. Pedro II nas cerimônias oficiais. A cauda de um dos trajes monárquicos da Princesa Izabel, está também entre estas peças.

Três momentos importantes da história do Brasil se encontram representados no “guarda-roupa” do MMP através das relíquias históricas, adquiridas depois de alguns percalços por Alfredo Lage. Em uma sociedade de corte, a roupa servia didaticamente às imposições sociais e hierarquias, demarcando visualmente o lugar de cada ator. O fardão da maioridade, em veludo azul e estilo militar, possui botões e bordados de ouro, denuncia o pequeno corpo do imperador que em 23 de julho de 1840, aos 14 anos teve sua maioridade oficializada por organização do partido liberal. A veste da coroação, em veludo branco ou creme, ainda não se sabe o tom original do tecido, pois alguns autores divergem, é uma túnica com laços, faixa, franjas e bordados a ouro que D. Pedro II usou em 18 de julho de 1841, em sua cerimônia de coroação e sagração. Em estilo romântico renascentista, a veste encarna a ambigüidade da monarquia constitucional brasileira que ainda se valia de rituais sagrados para justificar decisões pessoais do governante soberano, tradição já não mais praticada na Europa

que foi resgatada por D. Pedro I¹¹. O fardão do casamento, foi utilizado por Pedro II em 30 de maio de 1843 em cerimônia por procuração de sua união com Teresa Cristina. (PINTO, 200-:4). Sabe-se que assim como o bordado do outro fardão este também é a ouro, representando símbolos da terra, provavelmente ramos de café ou cacau. (SCHWARCZ, 1998:94). O bordado da veste de coroação representa folhas e frutos de carvalho.¹²

Em visita ao MMP, a fim de levantar informações acerca do tema, a forma de catalogação dos trajes e de acondicionamento de alguns objetos pôde ser observada, em específico, os fardões da guarda imperial e seus acessórios. Estes, preservados em armários de metal adequados, pendurados em cabides forrados, com a devida aclimação contra insetos sendo todos identificados pelo nome a quem pertenceram. Não foi possível acesso aos fardões do imperador, porém sabe-se, que estes estão preservados em caixas especiais e adequadas.

Pôde-se constatar que a forma de fichamento deste acervo, sofre da superficialidade e do exagero mencionados acima. A serem destacados como pontos positivos, todos os trajes pertencentes ao museu estão fotografados. A ficha contém informações sobre origem, matérias-primas, etiqueta, a quem pertenceu e sobre o estado de conservação destas peças. Porém, boa parte dos campos está sem informações.

A roupa como objeto de análise histórica

As “meias-verdades” expressas em relação às roupas comentadas por Peter Stallybrass, em seu livro “O casaco de Marx - roupa, memória e dor”, talvez nos aproxime do entendimento da negação do estudo da roupa como objeto de análise histórica. Para ele o entendimento da roupa apenas como uma moda passageira seria equivocado, pois os corpos se vão, mas as roupas que os habitaram sobrevivem, deixando nelas impressas marcas de uso, a forma do próprio corpo que já não mais existe e até mesmo o cheiro.

Há um desconforto específico em se entrar em contato com as roupas do morto, pois elas em especial, são os objetos mais próximos, denunciam a ausência. Segundo ele “as

¹¹ Catálogo MAPRO Banco Safra, 2006.

¹² Informações adquiridas em pesquisas empíricas ao Museu Imperial de Petrópolis, onde há outra veste de D. Pedro II muito semelhante à veste do MMP, sendo o desenho do bordado igual. O traje do MI era usado em solenidades da Assembléia Legislativa, mas também é identificado na legenda desta instituição como traje da coroação, mas sabe-se que o traje utilizado por Pedro II em sua coroação está no MMP.

roupas recebem a marca humana” (2008:11), são uma memória, uma forma de lembrar. Talvez por isso, os tecidos foram marginalizados como objeto de estudo, se comparados a outros materiais. Mesmo na América do Norte e na Europa, os primeiros estudos foram realizados fora das academias, por serem classificados como detalhistas e pouco dignos, eram excluídos da atenção dos homens letrados, das ciências, em oposição a isto o tecido aproxima, é íntimo. Em 1874, em Londres o estudo sobre os têxteis passou a integrar a cultura material. (PAULA, 2006:256) Especialmente no Brasil a tecelagem e a costura eram primeiro tarefas de escravos, posteriormente de homens livres e mulheres, sendo até mesmo, a costura ligada à prostituição. Em meados de 1940, as primeiras publicações, do Museu Paulista que abordavam algum assunto sobre vestuário, foram inseridas por etnólogos. (Ibidem)

Para Paula (2006: 254), estudar roupas é estudar o excepcional, já que estas foram feitas para uso e descarte, são confeccionadas de materiais mais propensos à deterioração. As que sobrevivem ao uso, geralmente são peças não comuns.

Neste cenário de estudos sobre as roupas, reflexões sobre cultura material e biografia das coisas foram revistos, a fim de embasar as pesquisas sobre os trajes de D. Pedro II.

A roupa encarada como objeto de análise histórica é uma tarefa complexa e híbrida, pois necessita de um olhar interdisciplinar. Antes de entender a metodologia de análise, é necessário expor o contexto de usos e ressignificações pelos quais passaram os trajes do imperador, inclusive dentro da instituição que hoje os abrigam.

Os fardões e a veste da coroação investiam poderes reais ao primeiro monarca nascido em terras tropicais, faziam parte da intimidade de momentos históricos, como citado por Schwarcz (2008:78) “um menino atrapalhado com o detalhe da vestimenta um pouco grande“. Governou o país por meio século, “com valores republicanos, a minúcia de um burocrata e a paixão de um patriota”. (CARVALHO, 2007:11) De um lado um Pedro vitoriano, que foi apresentado por Gilberto Freyre como “um imperador cinzento de uma terra de sol tropical”, eternizado pelas fotografias de Marc Ferrez. Do outro, um D. Pedro II de Debret, criado pelos rituais, escondido pelos fardões.

A história institucional do MMP, se entrelaça à história de D. Pedro II à medida que sofre disputa de interpretações. Foi um museu criado para abrigar memórias imperiais e escravocratas, porém “sediava-se em uma cidade que se via e queria ser vista como industrializada e moderna, e que não realizava muitos esforços para integrá-lo na imagem que queria divulgar.” (COSTA, 2011:64)¹³. Assim como dom Pedro II, que não se esforçava para ser lembrado como um antigo monarca e tudo que isto envolvia, mas queria ser visto como um homem das ciências, trajando sua sóbria sobrecasaca¹⁴ inglesa.

É necessário um estudo interdisciplinar, tendo em vista a complexidade do momento histórico em que estas roupas foram usadas. Estes três trajes estão diretamente ligados a biografia de dom Pedro II e à trajetória política do Segundo Reinado.

*Parece-nos, portanto, mais vantajoso pensar em investigações sobre a roupa como método de estudo e interpretação histórica, no lugar de engessá-las na classificação que se fez delas no momento em que foram criadas, desprezando o seu itinerário e suas mudanças morfológicas. As relações que permeiam as trajetórias revelam a complexidade envolvida em qualquer tentativa de realizar uma história da roupa*¹⁰(ANDRADE, 2008:16).

Rita Morais de Andrade, em sua tese de doutorado, aplicou o conceito de biografia cultural da roupa como método de análise histórica, desenvolvendo uma narrativa a partir de um vestido presente no acervo do Museu do Ipiranga. Este conceito de biografia cultural foi formulado por ela a partir da “biografia das coisas”¹⁵ proposta por Kopytoff (1986). O autor, além de retificar a noção durkheimiana de que a sociedade ordena o universo das coisas, segundo a estrutura dominante, intera que construir objetos é como construir pessoas. Questões como de onde teria vindo este objeto, quem o teria feito, o que teria sido sua

¹³ Carina Costa, Dra. Em História pela UFV, argumenta em sua tese, entre outras questões, sobre o esquecimento do MMP no cenário nacional através de sua fragilidade identitária, contando sua trajetória através de seus gestores.

¹⁴ Peça característica da indumentária masculina inglesa burguesa (D. Pedro II era aristocrata de nascimento). Em um período conhecido como Era Vitoriana (1837-1900)

“carreira” até o momento e quais seriam suas marcas culturais foram reflexões propostas por Kopytoff em sua obra. (MENESES, 1998:93) ¹¹

Andrade (2008) optou por este caminho, pois investigou a trajetória do objeto desde sua confecção até os dias de hoje, “atravessando elementos sociais, econômicos, históricos, subjetivos, através do objeto circulante”. ANDRADE (2008:26).

Este conceito de biografia cultural de Rita de Andrade será adotado nesta pesquisa, porém, é importante destacar que ela propõe uma investigação da mercantilização do objeto, tendo em vista que se trata de um vestido de moda, feito para ser comercializado. Diferentemente desta roupa que tinha um destino mercantil e acumulava marcas de uso por diferentes corpos ao longo de sua trajetória comercial e privada, os fardões, desde sua fabricação, foram criados com um intuito, o de ser lembrado imgeticamente, construindo uma aura para quem o usasse. Não era destinado a uma comercialização ou uso comum, mas sim a um uso específico, constituindo ritos majestosos especiais, investindo poderes divinos a um corpo humano comum, poderia ser considerado como um objeto coisa e semióforo ao mesmo tempo, segundo definição de Pomian (1984:72). Somente quando passam a ser relíquias históricas é que incorporam valores de mercado, atribuídos por colecionadores. Sendo assim, a utilização da biografia cultural para os estudos dos trajes de D. Pedro II será considerada, neste aspecto, distinta da biografia cultural de Andrade.

A cultura material é apropriada na busca por evidências materiais no objeto, pois busca extrair características intrínsecas e extrínsecas dos mesmos.

As intrínsecas são deduzidas do próprio objeto, através da análise das suas propriedades físicas: composição material, construção técnica e morfologia, que se subdivide em forma espacial, dimensões, estrutura da superfície, cor, imagens e texto, caso este exista. Já as informações extrínsecas ou informações documental e contextual são aquelas obtidas de outras fontes, isto é, informações de que o objeto-documento não dispõe. (MENSCH, 1987 apud FERREZ, 1991:2 in: CARVALHO 2011:66)

¹⁵ Ver mais em *Biography of things: commodities in cultural perspective*, 1986.

Estes objetos estão diretamente ligados à história do Brasil e por isso possuem características intrínsecas, são “objetos históricos singulares e auráticos na expressão benjaminiana ou, mais precisamente não-fungíveis.” (MENESES, 1998:93) Devido a estas características faz-se necessária a priori, uma investigação detalhada dos objetos em relação às suas propriedades físicas, estas relacionadas à matéria-prima utilizada e suas origens; à descrição visual minuciosa; ao estado de conservação; às técnicas empregadas em sua confecção e à própria forma do objeto, que neste caso necessita de um olhar diferenciado e especializado, tendo em vista que se trata da modelagem do traje, assuntos específico dos estudos prático/teóricos da moda.

Sendo o estudo do indumento uma análise multifacetada, este também passa por características extrínsecas dos objetos (ou seja, externos que se utilizam de fontes secundárias) para dar sentido subjetivo e cultural, no âmbito social, ao objeto.

“(...) os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia (...) para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los ‘em situação’, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte. Não se trata de recompor um cenário material, mas de entender os artefatos na interação social.”(MENEZES, 1998:92)

Este pensamento nos revela a necessidade dos estudos dos objetos em seus contextos históricos e sociais. Das formas de uso, físicas e psicológicas quando vestiram o corpo de batalhas interpretativas de D. Pedro II. Os simbolismos assimilados socialmente, nascidos das repercussões imagéticas, também não podem ser excluídos. A circulação dos objetos como relíquia e acervo de museus e coleções particulares, e principalmente, sua trajetória dentro do MMP, é indispensável para o entendimento da roupa como memória que passa por resignificações com o avançar dos usos expositivos/simbólicos.

Considerações

Após pesquisas prévias sobre o Museu Mariano Procópio e sobre os trajes de D. Pedro II, percebeu-se a importância e o valor institucional destas peças, quase sempre citadas como ilustres. A roupa como objeto de análise ultrapassa os limites do inventário material, mas se trata também, da tentativa de se contar a biografia cultural de peças, já discutida acima, que

sem a circulação pelos salões de exposição do Mariano Procópio, não seria completa. Tê-los como ponto de partida, parece um bom modo de iniciar outros projetos para este acervo de indumentária desconhecido.

A associação de pesquisas sobre as origens dos trajes e suas composições, seu uso e relação físico-simbólica com Dom Pedro II, assim como o rumo que tomaram ao cair no mercado de relíquias e sua trajetória dentro do MMP, podem dizer muito sobre a própria instituição e sobre o próprio imperador, tendo em vista que os destinos póstumos das peças e suas repercussões na memória coletiva, talvez façam parte de um mesmo ciclo.

Pensar a roupa como um objeto histórico, ainda é no Brasil algo novo se comparado a outras categorias da história da arte, da cultura material e das ciências humanas, mas mostra-se um território fértil a ser explorado. Pensá-las ainda como narrativas do próprio corpo e da história da evolução das técnicas, aceitando seus elementos auráticos e tendo-a como memória, abrem caminhos para discussões múltiplas, inclusive museias, no que diz respeito à conservação, diálogo dentro das coleções e práticas curatoriais (estas ainda menos estudadas). Estas “novas” fontes podem contar além das fibras dos tecidos ou dos bordados e cores, podem revelar biografias, usos institucionais, simbologias políticas, relações e momentos econômicos, entre outras histórias.

Esta pesquisa vem de encontro a necessidade de valorização e reconhecimento do acervo do MMP, que no momento encontra-se fechado ao público. Projetos sobre o destino expositivo destes trajes são inexistentes no momento, porém como estratégia atrativa para o museu, colocar em exposição seus mais famosos acervos, talvez faça parte de futuras ações museológicas. Sendo assim, o conhecimento mais profundo de tais trajes mostra-se necessário neste período de reflexões institucionais, em que a produção de conhecimento é indispensável para seu futuro.

Somente a pesquisa poderá salvaguardar os indumentos dos acervos dos museus brasileiros, que foram por décadas, deteriorados pelo descaso e o desconhecimento.

Bibliografia de referência

ALDÉ, Lorenzo. **Patrimônio inegociável**. In ____ Revista de História.com.br. 13/09/2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/patrimonio-inegociavel>>. Acesso em: 10/06/2013.

ANDRADE, Rita Morais. **Boué Soeurs RG 7091-A biografia cultural de um vestido**. 2008. Tese (Doutorado em História) PUC-SP, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp062400.pdf>

CARVALHO, José Murilo. **Dom Pedro II**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

CARVALHO, Cláuberson Correa. Análise das marcas da interdiscursividade na documentação museológica sobre indumentária. **Littera online 2011**. Jan-Jul. Número 3, p. 58-78. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/viewFile/452/275>

COSTA, Carina Martins. **Uma arca das tradições: educar e comemorar no Museu Mariano Procópio**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens culturais) Fundação Getúlio Vargas. 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8991/tese%20cpdoc2.pdf?sequence=3>

FREYRE, Gilberto. **Dom Pedro II, Imperador Cinzento de uma terra de sol tropical**. *Confereência proferida a 2 de dezembro de 1925*. Disponível em: http://openlibrary.org/books/OL4442669M/Dom_Pedro_II_Imperador_Cinzento_de_uma_terra_de_sol_tropical

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. **Revista estudos históricos, SP, v. 11, n° 21, 1998**. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2067>. Acesso: 11/06/13

O MUSEU MARIANO PROCÓPIO. CATÁLOGO BANCO SAFRA, São Paulo, 2006.

PAULA, Teresa Cristina Toledo. **Tecidos no museu: argumentos para uma história das práticas curatoriais no Brasil**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.14. n.2. p. 253-298. jul.- dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v14n2/a08v14n2.pdf>

PINTO, Rogério. **Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora, MG**. Dissertação de mestrado em História, pela UFJF. 2008.

PINTO, Rogério. **Os fardões de D. Pedro II e sua incorporação definitiva ao acervo do Museu Mariano Procópio**. Artigo. 200-.

POMIAN. Krzysztof. **Colecção**. In ____ Enciclopédia Einaudi. Memória-História V. 1, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p.51-87.

SCHWARCZ, Lilia. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx. Roupas, memória e dor**. 3. Ed. São Paulo: Autêntica, 2008

Sites consultados:

<http://www.mp.usp.br/replicar/index.html>. Acesso em: 11/06/13

<http://www.institutofeminino.org.br/fundacao/index.php?local=fundacao>. Acesso em: 11/12/13